

1 **Ata da 6ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde – C.M.S.** Aos dez dias do mês de maio de dois
2 mil e onze, às dezoito horas, na Sala de Reuniões do Conselho Municipal de Saúde, situada na Rua XV de
3 Novembro, nº 120, sala 03, na cidade de Ponta Grossa, realizou-se a sexta reunião ordinária do CMS de Ponta
4 Grossa, estando presentes os Conselheiros Titulares e Suplentes conforme lista de presença anexa. Verificada a
5 presença de quorum, o presidente Sergio Ferreira Doszanet assumiu e procedeu à abertura dos trabalhos,
6 cumprimentando a todos os presentes, conselheiros e participantes, partindo para o Item 1. **Aprovação da Ata**
7 **da 5ª reunião ordinária:** Aprovada. **Ofícios recebidos:** ofício nº 20 da UAMPG, ofício s/nº do Asilo São Vicente
8 de Paulo, ofício WAB/110/2011/ml as Secretaria Municipal de Saúde, ofício nº 151/SEAUD/PR Ministério da
9 Saúde (auditoria), ofício Dir. nº 051/2011 do Conselho Regional de Serviço Social, Moção de apelo do Parque
10 Nossa Senhora das Graças, **Ofícios Enviados:** ofício nº 50/2011/CMS (processo 0840415), ofício
11 nº57/2011/CMC (processo nº0950237/2011), ofício nº 58/2011/CMS (processo nº 0950241), ofício nº
12 59/2011/CMS (processo 0950247), ofício nº 73/2011/CMS (processo nº 1190054/2011), ofício nº 74/2011/CMS
13 (processo nº 1190055/2011), ofício nº 76/2011/CMS (processo nº 1190063) **2. Ordem do dia:** Retificação da
14 Resolução nº 008/20011 Comissão Municipal de Acompanhamento Atenção Básica e Ética. Resolução do
15 Regulamento da 9ª Conferência Municipal de Saúde. Apresentação do Projeto para edital de licitação: laboratório
16 Geral/Central. Apresentação do projeto para edita de licitação: Urgência e emergência do Hospital Municipal Dr.
17 Amadeu Puppi. Apresentação do Plano de Aplicação e Deliberação desse Conselho, conforme o edital nº
18 001/2010/GSIPR/SENAD/MS, que estabeleceu convênio, entre o Município e o Governo Federal, que destina
19 apoio financeiro para utilização de leitos de acolhimento por usuário de crack e outras drogas em Comunidades
20 Terapêuticas. **2.1. Retificação da Resolução nº 008/20011 Comissão Municipal de Acompanhamento**
21 **Atenção Básica e Ética.** O presidente Sergio Doszanet fala da retificação da resolução nº 008 que será retirada
22 a “Ética” dessa resolução e acrescentando “Ética” na resolução nº 007, ficando a Resolução nº 007/2011
23 Comissão Municipal de Gestão Saúde e Ética do Trabalhador, e a resolução nº 008/2011 Comissão Municipal de
24 Acompanhamento a Atenção Básica, após ser feita a leitura para a plenária é aprovada. **2.2. Resolução do**
25 **Regulamento da 9ª Conferência Municipal de Saúde.** Após a leitura da resolução 012/2011 sobre o
26 Regulamento da 9ª Conferência Municipal de Saúde de Ponta Grossa, a realizar-se na Universidade Estadual de
27 Ponta Grossa, com o tema central: SUS, Patrimônio do Povo Brasileiro – “Construindo as Redes de Atenção á
28 Saúde”, são feitas as correções da resolução e é aprovada pela plenária. **2.3. Apresentação do Projeto para**
29 **edital de licitação: laboratório Geral/Central.** A Srª Vivian Gaidarji fala que esse Edital é uma proposta de
30 contratualização para o laboratório geral e central, então seria a contratação de empresas especializadas para
31 prestação de serviços nas áreas de análises clínicas para atender as especialidades de Ponta Grossa, incluindo o
32 fornecimento de material para coleta, transporte de material biológico, fornecimento de equipamentos,
33 treinamento aos funcionários de coleta já existentes com os funcionários da unidade de saúde, treinamento com
34 os funcionários da empresa, na verdade a gente tem essa equipe que trabalha no laboratório geral e estamos
35 fazendo algumas readequações, porque temos três laboratórios o geral, o Municipal e hospital da criança que já
36 está contratualizado, é uma terceirização, remanejar estes funcionários do laboratório geral para o hospital
37 Municipal ou para o hospital da criança e o laboratório geral contratualizado. A justificativa dessa contratualização
38 é a economia do custo operacional de quarenta e um mil reais, atividades nos fornecimentos das coletas de
39 exames de oferecimentos vão ser antecipados porque hoje demora em torno de uns quinze a trinta dias para
40 chegar os resultados dos pacientes e como os equipamentos adquiridos por licitação o que atrasa esses exames

41 então hoje a gente tem vários contratos (20 contratos), insumos e que equipamentos dos nossos laboratórios do
42 nosso Município e como é o do termino da licitação isso demora e vão acabar pagando os exames por causa
43 disso, manutenção dos equipamentos e máquinas a gente também tem uma empresa que presta manutenção por
44 licitação também. As unidades que serão beneficiadas pelo contrato são todas as unidades básicas de saúde,
45 unidades do PSF (programa saúde da família), os quatros CAS (centro de atenção a saúde) a UPA (unidade de
46 pronto atendimento) que vai ser inaugurado este ano na Santa Paula o CME (centro municipal de especialidades)
47 e o CMM (centro municipal da mulher). Esse edital é licitação do pregão, qual a empresa que vai ganhar, a
48 empresa que der o maior desconto, o valor máximo que a gente vai pagar por exame é a tabela SUS. Diz que são
49 sessenta mil exames e o valor máximo total são cento e noventa e cinco mil, a empresa que ganhar tem que
50 realizar os exames pela tabela do SUS com desconto, fornecer os veículos para recolher material nas unidades
51 de saúde pois são os nossos carros que hoje fazem o malote e não vão mais fazer a gente não vai mais precisar
52 ir até as unidades de saúde recolher o material, a própria empresa vai recolher o material nas unidade de saúde,
53 fornecer material de coleta para as unidades de saúde enquanto o elenco de matérias que a empresa tem que
54 dar seringa e matérias para fazer a coleta, os exames deverão ser realizados no próprio laboratório então não vão
55 ser feitos no nosso laboratório da rua engenheiro schamber, fornecer computadores (quarenta) para as unidades
56 de saúde, resultados dos exames em até quarenta e oito horas isso a gente prevê no contratos os exames
57 normais e quatro horas para os exames emergenciais exceto o exame de bacteroscopia em duas horas, fornecer
58 equipamentos e agentes para as medidas dos editais que a empresa fornece. Diz que tem várias empresa que
59 estão interessadas, diz que ela até questionou o gestor se teria alguém interessado. Fala que os estudos feito
60 pela secretaria o que a gente gasta hoje com o laboratório geral são mão de obra: cento e sete mil, cento e
61 setenta e quatro reais, laboratório central setenta e sete mil e duzentos reais e laboratório do hospital trinta e nove
62 mil novecentos e sessenta e quatro. Os contratos que a gente paga dá um total de cento e cinqüenta e sete mil e
63 quarenta reais, mais matérias de consumo vinte e dois mil setecentos e oitenta e dois reais, gastos gerais de
64 água, luz, telefone gastos que o laboratório tem é de trinta mil reais que dá um total de cento e vinte e sete mil ,
65 trezentos e nove reais, os custos para contratualização seria de duzentos e oitenta e sete mil cento e oitenta e
66 quatro reais e seria de cento e oitenta mil no valor da empresa e valor de mão de obra sete mil cento e cinqüenta
67 e quatro que vai dar uma diferença de quarenta e um mil reais. **2.4. Apresentação do projeto para edital de**
68 **licitação: Urgência e emergência do Hospital Municipal Dr. Amadeu Puppi.** A Sr^a Vivian Gaidarji fala que
69 essa é uma proposta de edital de regulação das Urgências e Emergências do hospital Municipal Dr. Amadeu
70 Puppi que seria uma contratação de uma empresa para prestação de serviço de atendimento médico e
71 ambulatorial a titulo de Urgência e Emergência nas vinte e quatro horas, é só o serviço médico. Objetivos Gerais:
72 atender todos os pacientes que procurarem os Hospitais Municipais ou encaminhados para atendimentos após
73 serem passados pelo protocolo de atendimento, então essas são uma das cláusulas que estão no contrato que a
74 empresa tem que obedecer estes critérios, atenderem todos os leitos de observações e dar destino adequado ao
75 paciente, vai ser internado na própria UTI do hospital ou vai ser encaminhado via central de leitos para outro
76 hospital. Os médicos da emergência têm que ser capacitados e deverão atender as intercorrências dos pacientes
77 internados, isso seria também um serviço de apoio para esses médicos do hospital, se ocorrer internamento na
78 sala de emergência e na sala de estabilização será responsável pelo paciente até a sua transferência para outro
79 local ou troca de plantão, então o médico que internou aquele pacienta lá na estabilização ou na sala de
80 emergência tem que ser responsável pelo paciente na troca de plantão até o próximo médico assumir,

81 observação o paciente não poderá permanecer mais que quatro horas na sala de emergência para estabilização,
82 até quatro horas tem que dar um destino para o paciente ou para o hospital via central de leitos, os médicos do
83 plantão são responsáveis por todos os pacientes internados e os leitos de observação e somente poderão deixar
84 estes pacientes deixando o paciente para outro médico substituto. Permanência constante dos profissionais de
85 medicina durante todo o período de tempo com o trabalho, ficando a disposição da população para atendimento,
86 isso não é um serviço que o médico vai atender a demanda e vai embora, ele tem que permanecer ali vinte e
87 quatro horas e ficando a disposição para esse atendimento. Todos os médicos deverão usar o sistema de
88 informatização da secretaria e sua produção será contabilizada pelo sistema de informação. A realização dos
89 serviços: são três médicos das 07hs às 23hs, ou seja, durante o dia, os sete dias da semana, três médicos de
90 plantão. O controle dos médicos será pelo ponto eletrônico digital e a comprovação de atendimentos será pelo
91 número de atendimento. A escala tem que ser colocada dez dias antes de vencer o mês. Questionado pelos
92 conselheiros para que não exista questionamentos na apresentação o presidente fala que como nós temos
93 Comissões, todas as comissões estão aptas a discutir qualquer assunto, então o conselheiro que desejar
94 participar da comissão e fazer todos os questionamentos, retirar ou colocar alguma coisa dentro desse contrato
95 tem que ser dentro da Comissão e sem o parecer da comissão a plenária não entra em votação. A conselheira
96 Vera Regina Buss Taborda fala que então quando tiver uma apresentação como a de hoje que primeiro passe
97 para a comissão e daí venha para a plenária para a gente poder fazer questionamento. A conselheira Vivian fala
98 que foi feito a reunião, mas só veio a conselheira Jiovany Kissilevicz. A conselheira Juliana fala que não esta
99 sendo respeitado o que esta escrito no Regimento Interno do CMS, o poder de voto e de fato cabe a cada
100 conselheiro principalmente porque estamos sobrecarregados por causa da Conferência Municipal de Saúde,
101 estamos cheio de trabalho representando o segmento de usuário e nós temos questionamentos porque aqui é
102 uma apresentação de edital e não uma apresentação de um projeto porque ela tem que justificar
103 complementação e administração descentralizada conforme a lei, não está apresentando um projeto ela esta só
104 reafirmando um projeto já existente, porque o primeiro projeto não passou pela nossa plenária, e a questão de
105 Laboratório Central é um questionamento que tem que ser sim levantado porque eu tenho aqui as leis e é uma
106 portaria nº 339 e 669, a lei 12.101 e tem que comprovar por meio de projeto a necessidade de complementação
107 e não totalidade do serviço dispensado pelo Município. É gerado uma discussão entre os conselheiros quanto à
108 questão de não poderem fazer perguntas sobre alguns pontos. A conselheira Juliana fala que no dia da reunião
109 da Mesa Diretora não foi imposto que não haveria discussão, seria aberto para questionamento, acha que se o
110 conselheiro tiver vontade e pedir esclarecimento breve acha que deve ter a liberdade de poder perguntar. O
111 conselheiro Paulo Heusi fala pelo que a Srª Vivian falou ali que já tem várias empresas dispostas aí, então eu
112 pergunto esse projeto já está andando por aí, a segunda pergunta isso é um projeto ou já é um edital porque
113 daqui a pouco nós estamos aprovando um edital, nós estamos apreciando um edital que já deve ter saído ou vai
114 sair amanhã. O presidente fala que não estamos aprovando nada. Colocado para a plenária decidir se vai haver
115 ou não ter questionamentos. Colocado em votação oito votos a favor de ter questionamento hoje e sete votos
116 para ir para a comissão para depois ter questionamento. O conselheiro Marcos Levandoski fala que a questão e a
117 seguinte é a justificativa da Secretaria Municipal de Saúde com custos operacionais do pessoal e passaria o valor
118 que os custos com a contratação de terceirizar o pronto socorro, laboratório, e o paciente têm direito a quarenta e
119 oito horas para ver o exame quando é atendido no pronto socorro quarenta e oito horas mandado para o hospital
120 sendo que todo mundo sabe hoje que tem paciente que passa noite e dia no pronto socorro e pergunta se isso

121 vai adiantar alguma coisa. A Sr^a Vivian de Moraes fala que não foi isso que ela falou, faz o exame e em quarenta
122 e oito horas vai estar no sistema o exame disponível para o médico eventualmente poder ver o resultado mais
123 não que a garantia do atendimento do paciente em quarenta e oito horas a contratação do laboratório não tem
124 como garantir. O conselheiro Antônio Fogaça de Almeida diz que quer ser bem sucinto na sua questão: a Sr^a
125 Vivian falou que acha que o SUS está sendo muito barato, que estão pagando muito pouco para ele e aí como
126 eles vão fazer com a empresa mais acessível se eles acham o preço baixo do SUS, o porquê disso se eles vão
127 ganhar menos e bem abaixo do valor. A Sr^a Vivia Gaidarji de Moraes fala que o edital já está aberto porque nós
128 não sabemos antes que a gente faça uma abertura ou uma proposta de abertura a gente tem que verificar o
129 mercado e esses valores que a gente irá praticar no edital se é possível ou não ser feito porque a gente tem que
130 fazer pesquisa de mercado e é por isso que do laboratório a gente está sabendo, a gente tem o valor da tabela
131 do SUS mas existem vários contratos na secretaria não só com exames laboratórios como ultra-som que existem
132 empresas que querem trabalhar com a tabela SUS e esse especificamente do laboratório tem empresa que quer
133 fazer desconto. Tem empresa interessada mas quer saber por que a empresa se interessa nesse tipo de valor
134 aí eu não vou saber responder. A conselheira Vera acha muito importante que a gente possa fazer um
135 questionamento na hora que está sendo apresentado porque agora já passou e na hora que você ali você quer
136 fazer uma pergunta relacionada a tal coisa então acha que isso era coisa que tem que ser de momento, não é
137 passado, porque eu participei das outras reuniões que teve aqui de contratualização lá dos CAS e foi ótimo mais
138 eu acho que na hora em que vem a pergunta por que você quer saber uma coisa daquilo e que pode ajudar até
139 eles mesmos ela como gestor em determinados questionamentos pode melhorar pra ela, gostaria de saber se
140 existe uma equiparação em questão de remuneração entre estes médicos que vão ser contratados no Hospital
141 Amadeu Puppi e os médicos que foram contratados para os CAS. A Sr^a Vivian fala que a licitação vai sair num
142 valor de oitenta e um reais a hora no máximo e daí vai para a licitação. O conselheiro Richard Wagner Zuge tem
143 uma preocupação grande em relação a qualidade de atendimento como vai ser controlada a qualidade, vai ser
144 elaborado projeto de avaliação de qualidade desses exames, e o que está acontecendo que tem médicos agora
145 que eles estão tentando fazer tabelas únicas de avaliação porque os planos de saúde não estão pagando o
146 suficiente, existem descontos dentro da fisioterapia que é a sua área e que o fisioterapeuta eles dão desconto
147 em cima da tabela, a gente briga por descontos por aumento no pagamento do atendimento e chega alguém e
148 daí o plano de saúde chega e inibe a gente porque você não quer este plano tudo bem pode sair, ter alguém que
149 além de não pagar dá vinte por cento em cima daquilo então isso está diminuindo cada vez mais a qualidade de
150 atendimento a gente não tem que se preocupar somente com desconto. Uma frase é interessante: para a
151 prefeitura economizar sessenta ou setenta mil reais é importante, mas a gente não pode diminuir não só a
152 qualidade de atendimento mais a motivação porque a motivação do funcionário da saúde é destinado ao
153 pagamento de qualquer um. O questionamento é em torno da qualidade e como vai ser avaliada a qualidade. A
154 Sr^a Vivian responde dizendo que estes itens aí, na questão de qualidade estão no próprio edital (que vai para a
155 comissão) tem todo um elenco do que o laboratório tem que ter para o controle de qualidade que compõem no
156 edital. A conselheira Juliana de Jesus Maciel fala que o seu questionamento é sobre portarias e principalmente
157 que o Conselho Nacional de Saúde aprovou que é uma portaria relativo a isso não se pode apresentar já um
158 edital pronto, nos fomos chamado na prefeitura uns três meses atrás onde já foi citado a negativa a esse projeto
159 que seria o edital pra contratação dos laboratórios então na reunião passada foram fazer uma revisão das pautas
160 e ela comentou da nossa reunião que nos tivemos na secretaria de saúde onde eles expuseram essa

161 problemática em questões da terceirização que eles não querem que chame de terceirização mais é terceirização
162 essa contratualização. Ele vai contra a portaria 1034 que tem uma emenda constitucional ali que eles fizeram e
163 ela resolveu no dia dois de setembro a resolução 71 que a partir do primeiro segundo que questiona o que os
164 conselheiros Richard e da Vera fizeram quanto a qualidade e a quantidade ele não pode ser somente isso ele tem
165 que ser um projeto e não uma apresentação de edital e tem que vim para a comissão um novo projeto porque o
166 primeiro projeto não passou pela mesa do Conselho Municipal de Saúde com a justificativa amparada por lei que
167 tem lá da na impossibilidade. Está claro aqui que há a necessidade da complementação ela pode licitar sim um
168 projeto mais nós que somos pelos usuários nós vamos contra esse projeto ela tem sim que apresentar um projeto
169 com todas as normativas referentes a essas portarias aí sim a comissão vai analisar o projeto para a sua
170 aprovação posterior na plenária e aí sim ser aberto o edital dentro das leis 8666 artigo setenta e setenta e um da
171 lei que com certeza todo mundo conhece. A Srª Vivian fala que o que ela trouxe para apresentação e levar para a
172 comissão é para ser alterado tudo isso. O conselheiro Marcelo Maravieski fala que quando tiver essa proposta da
173 empresa de trabalho que vai assumir a parte médica coloquem lá o número de pacientes porque esta lá todos os
174 pacientes serão atendidos pelos médicos, se for trinta pacientes o médico não vai dar conta, é isso que não ficou
175 claro. O presidente fala que a Vivian e a comissão devem analisar todos estes pontos, desde uma virgula até o
176 ponto final só que não é somente os membros da comissão todos os conselheiros poderão participar da reunião
177 dessa comissão. **2.5. Apresentação do Plano de Aplicação e Deliberação desse Conselho, conforme o**
178 **edital nº 001/2010/GSIPR/SENAD/MS, que estabeleceu convênio, entre o Município e o Governo Federal,**
179 **que destina apoio financeiro para utilização de leitos de acolhimento por usuário de crack e outras drogas**
180 **em Comunidades Terapêuticas.** O presidente fala que a irmã Silvonete vai nos dar um parecer do dinheiro que
181 foi aprovado pelo Conselho no fim do ano passado e a verba veio agora e eles vão apresentar mais ou menos o
182 que eles vão fazer com esta verba. A Irmã Silvonete fala que no fim do ano passado esteve no Conselho, pediu o
183 edital para o governo federal do Ministério da Saúde sobre um Plano do enfrentamento do crack e que tinha lá um
184 valor para leitos em comunidades terapêuticas e uma das normas do projeto pra ser encaminhado era passar no
185 Conselho Municipal de Saúde a proposta da comunidade, então apresentou no Conselho a proposta pela
186 população do Município e poderia no máximo ser apresentado vinte leitos para a instituição e foi apresentado
187 então no Conselho vinte leitos masculinos da comunidade Associação Servos da Misericórdia e vinte leitos
188 femininos da comunidade Pia das Irmãs da Copiosa Redenção e nós tínhamos uma dúvida lá porque não
189 explicava se era masculino ou feminino e aí a gente mandou vinte masculino e vinte feminino e foi aprovado.
190 Foram inscritos em nível de Brasil cento e quarenta e oito projetos apresentados e o Ministério da Saúde aprovou
191 setenta e oito e os nossos de Ponta Grossa foram aprovados tanto o masculino como o feminino. Nós
192 pensávamos que o recurso seria repassado por parcelas e foi passado integral o recurso que já está na conta do
193 Município. Foi repassado no dia quinze de abril, o valor é de cento e noventa mil para vinte leitos femininos e
194 cento e noventa mil para vinte leitos masculinos, para a execução em doze meses. Quem vai encaminhar para as
195 comunidades é a rede do assistente social e a rede da saúde, CAPS vai encaminhar os serviços da rede
196 municipal de saúde, é importante dizer que já estava sendo atendido nas comunidades da rede pública. O
197 Ministério repassou trezentos e oitenta mil reais, rendeu já quatro mil reais, prevendo que este recurso vai passar
198 lá por agosto porque agora vai para a Câmara com a aprovação do plano pelo Conselho e tínhamos pedido para
199 criar dotação orçamentária, lei específica de repasse e encaminhamento para a prefeitura para aprovação técnica
200 do plano. Diz que colocou no Plano um valor de duzentos mil reais porque o nosso valor de cento e noventa mil

201 vai render um juro e essa verba é carimbada e o Município não pode ficar e essa sobra, é importante porque a
202 transparência de fundo a fundo o Ministério da Saúde podia fazer direto na nossa conta mais faltaria a
203 fiscalização, e dessa forma fica transparente porque tem controle social. A forma de utilização do recurso dos
204 vinte leitos: para a comunidade Pia União das Irmãs da Copiosa Redenção, auxílio financeiro cento e quarenta mil
205 reais (R\$140.000,00) obrigações patronais vinte mil reais (R\$ 20.000,00), serviços de terceira pessoa física trinta
206 mil reais (R\$ 30.000,00), serviços de terceiros pessoa jurídica dez mil reais (10.000,00), totalizando o valor de
207 duzentos mil reais (R\$ 200.000,00) e para a comunidade Associação Servos da Misericórdia, obrigações
208 patronais trinta mil reais (R\$30.000,00), folha de pagamento quarenta mil reais (R\$ 40.000,00), serviços de
209 terceiros pessoa jurídica trinta mil reais (R\$30.000,00), auxílio financeiro sessenta mil reais (R\$ 60.000,00),
210 materiais de consumo quarenta mil reais (R\$ 40.000,00) totalizando um valor de duzentos mil reais (R\$
211 200.000,00). Vamos fazer relatório mensal para a coordenação Municipal de Saúde Mental, vai ter três fiscais do
212 Município e também não impede que tenha conselheiros do Conselho fiscalizando o que a gente esta fazendo e o
213 que se propôs no controle desses leitos. A conselheira Juliana de Jesus Maciel pergunta quais são os fiscais do
214 Município. A irmã Silvonete responde que uma pessoa é a Cristiane psicóloga do CAPS, houve mudanças era a
215 enfermeira Lara e se não se engana é o Diego da DST/AIDS, só que a Lara saiu e agora é a Marilise que esta na
216 coordenação da Saúde Mental. Os vinte leitos masculinos não tem um convênio como nós, a única coisa que a
217 comunidade masculina recebe é a doação de pães e de verdura do banco de alimentos então eles tem muito
218 mais dificuldade de atender o masculino, e a gente sabe que a demanda para cada mulher existe uma demanda
219 de cinco homens, dados de pesquisa portanto eles colocaram bem mais custeio do que nós. A Irmã Silvonete diz
220 que hoje eles têm dois psiquiatras que atendem a comunidade, o Dr. Raul que atende os adultos e a Dr^a Olinda
221 atente as adolescentes. O Dr. Raul agora vai semanal na comunidade a partir desse projeto vai começar atender
222 semanalmente. O presidente fala que a partir da assinatura do convênio eles podem apresentar para o Conselho
223 Municipal de Saúde de três em três meses relatórios. O conselheiro José dos Passos Neto fala da importância
224 deles estarem trazendo para o conhecimento do Conselho, porque assim a gente pode saber como está sendo
225 liberada ou não a verba. **3. Informes dos Conselheiros.** O conselheiro José dos Passos Neto fala que na última
226 reunião do Conselho para a Mesa solicitar a presença da 3^a Regional de Saúde que venha apresentar todos os
227 informes que ela tenha em relação ao Município desde o dinheiro que não está mais entrando na conta dos
228 hospitais, as informações relacionadas ao que cada seção da Regional de Saúde cuida de Ponta Grossa ou
229 verificam ou avaliam, os dados epidemiológicos, enfim, todas as ações do Estado em relação ao nosso município.
230 Diz que gostaria de parabenizar as assistentes sociais pelo movimento relacionado a perda de profissionais, que
231 se uniram e que servisse de exemplo para os outros profissionais porque se a gente se une não há medida que
232 se tome que vá acontecer. Se fez um bom movimento, se tirou o cargo em comissão de quem não sabia nada,
233 então serve para nós avaliarmos muito bem, e se a gente quiser se unir a gente consegue as coisas, Questiona
234 que os profissionais não devem vir aqui votar só a favor do prefeito. O conselheiro José dos Passos Neto mostra
235 mais um dado que a Secretaria não passa para nós, mas o jornal é informado e está aqui os dados de partos
236 mensais em Ponta Grossa. Fala que é isso que a gente precisa ter aqui, em uma apresentação: neste trimestre
237 nós temos tantos partos, morreram tantos, o porquê. Isso que é o Plano de Saúde, isso é o que mais nós
238 precisamos ver. Hoje o Dr. Edson estava dando uma entrevista na televisão e a apresentadora perguntou, porque
239 que o Sr. diz que esta melhor e ele respondeu porque os indicadores melhoraram, e o que são os indicadores, é
240 isso morreu menos criança, morreu menos mãe grávida ou mulheres na idade fértil estes são os dados que a

241 gente precisa saber, se teve mais consultas, se foi atendido mais pessoas. Isso são os indicadores e é isso que a
242 gente precisa estar discutindo aqui. Um dado importante é saber quantos exames no laboratório dão negativo,
243 porque está se pedindo tanto exame que dá normal, isso é discussão que a gente tinha que ter, puxa vamos
244 terceirizar porque esta dando muito positivo, porque tais exames são muito complexos, caros e não é feito
245 normalmente pelo laboratório existente. Se não aumentar o número de funcionários e de médicos porque tem
246 muita consulta então isso é indicador para a nossa discussão, é isso que qualifica os conselheiros. Sugiro à mesa
247 reavaliar a questão de nós fazermos debate e diminuir a pauta. A conselheira Juliana de Jesus Maciel fala a
248 respeito de uma gestante da Unimed que ocorreu o aborto por falta da humanização do atendimento, pela
249 problemática do cartão da gestante que não estava preenchido corretamente e isso daí está acontecendo muito
250 no Hospital Evangélico, e tem que ser levantado porque estão fazendo cesáreas demais porque está chegando
251 gestantes com eclampsia e com pré-natal incompleto e principalmente diabete gestacional que isso seria
252 atendimento do Centro Municipal da Mulher (CMM) encaminhado diretamente para a Santa Casa porque lá sim
253 tem estrutura para esse atendimento, acha que esse deveria como sugestão para a próxima reunião pauta para
254 esclarecimento dessa demanda do Município e qual é a oferta dos hospitais, do trabalho como esta sendo feito e
255 porque as carteirinhas não estão sendo preenchidas e estão incompletas. O presidente fala que vai ser diminuída,
256 vai ter apenas dois itens na pauta da próxima reunião decidido em plenária, e se passar vai ficar para a próxima
257 reunião. O Conselheiro Marcos Levandoski fala que parece que esta faltando pediatra no CAS da Nova Rússia
258 na sexta feira maior não tinha pediatra e quer informação da relação dos pediatras que atendem os CAS em
259 Ponta Grossa. A conselheira Juliana Maciel fala que só para esclarecer que a Santana Unimed não te
260 contratualização na 3ª Regional de Saúde e ele é de responsabilidade do Município. A Srª Vivian fala que ele é da
261 Regional. O presidente encerra a reunião às vinte e uma horas e dez minutos.